

1.2. ATITUDE E CONCEITOS PERIFÉRICOS

O conceito de atitude é vizinho de vários outros e tangencial a alguns deles. Crença, opinião, valor, interesse, motivação, aptidão, hábito, intenção, conduta, comportamento, necessidade,... são alguns dos termos muito próximos do de atitude. Situar-los num mesmo espaço e estabelecer as respectivas fronteiras não é tarefa fácil e o "design" poderá ser diferente consoante a perspectiva que se adopte.

Consideramos a existência de **três grandes ambientes "espaciais"**: o cognitivo/valorativo, o atitudinal/pré-activo e o da realização. Este trio ambiental apesar de apontar para um contínuo ideal / real, globalidade / especificidade, teoria / acção, funde-se e confunde-se, esbatendo-se as respectivas fronteiras (fig.2):



Fig. 2 - A aproximação dos três macroambientes

No ambiente **cognitivo/valorativo**, em que a componente cognitiva é preponderante, aliada, por vezes, à faceta afectiva, encontramos conceitos como os de crença, valor e opinião.

Relativamente às crenças, é notório o seu carácter subjectivo, pois correspondem a convicções do indivíduo ou do grupo, convencimentos esses que nem sempre se baseiam na realidade objectiva ou cientificamente comprovada: Wahlston e outros (cit. por MARCELO GARCIA, 1987) consideram crença "*uma declaração hipotética ou inferencial acerca de um objecto, capaz de ser precedida pela frase 'creio que...'*" (p. 107). ESCÁMEZ e ORTEGA (1988: 41), a propósito do modelo de Fishbein e Ajzen, situam-as nitidamente no campo cognitivo.

Em suma, apesar de fortemente condicionadas pelos conhecimentos que o indivíduo detem, abarcam um campo subjectivo em que a afectividade pessoal e/ou os condicionalismos sociais interferem.

Os valores surgem associados às crenças. Rokeach (cit. por ESCÁMEZ e ORTEGA, 1988: 114) considera-os como crenças duradouras de que um determinado modo de conduta é pessoal e socialmente preferível a outro. Afirma que o preferível é sempre um conceito pessoal embora se possa reportar ao indivíduo, aos outros ou a um conjunto social.

Esta pessoalização do preferível aponta para a subjectividade dos valores. No entanto, perdura a posição oposta a esta que defende a objectividade cultural dos valores, sendo estes objectos externos ao indivíduo e com significação pessoal.

SUBJECTIVISMO	OBJECTIVISMO
* Identificação do valor com o sujeito (o valor tem o seu fundamento e depende do sujeito que valoriza).	* O valor é uma realidade independente do sujeito (valor e valoração são distintos).
* O valor é um estado psicológico, uma vivência.	* O valor encontra-se nos objectos, mas é independente deles.
* Valor é uma construção do sujeito, de acordo com as suas tendências e vivências psicológicas.	* Os valores têm uma existência real, objectiva e autónoma.
RELATIVISMO MORAL	UNIVERSALISMO MORAL

Quadro 3 - Subjectivismo versus Objectivismo

(segundo BOLIVAR, 1992: 98)

Estas duas vertentes - subjectivista e objectivista - são conciliáveis, pois, tal com BLÁZQUEZ e outros (1986: 138) referem "se é certo que não há valor sem valoração subjectiva por parte do homem que o contemple, também é certo que as qualidades objectivas das coisas induzem, em relação a elas, os valores". Também HERRERIAS (1989) se posiciona face a esta dualidade afirmando que os valores não são nem objectivos, nem subjectivos:

"Tienen virtualidades cercanas a lo expresado con el término de objectividad y de subjectividad. (...) Tiene el objectivo, el "sentido" natural-cultural que se manifiesta en el hombre como hecho presente, como hecho ahí. Tiene unas ciertas delimitaciones, definiciones, esencialidades,

conceptualizaciones (...) Tiene de subjetivo, la exigencia de la historia, la ineludible experiencia del tiempo y de los balbuceos por madurar y mantener un camino de realización histórica, que se dan en el hombre". (p. 43)

Rokeach subdivide os valores em dois grandes conjuntos (quadro 4): valores terminais, referentes a um estado final de existência (ex: liberdade), e valores instrumentais, subordinados aos primeiros e referentes a um modo de conduta (ex: responsabilidade). Em relação a cada um destes blocos podemos, ainda, fazer uma subdivisão em função da perspectiva intrapessoal ou interpessoal.

VALORES TERMINAIS	VALORES INSTRUMENTAIS
Uma vida confortável	Ambicioso
Uma vida interessante	Tolerante
Realização pessoal	Competente
Um mundo em paz	Alegre
Um mundo em beleza	Valente
Igualdade	Capaz de perdoar
Segurança familiar	Diligente
Liberdade	Honesto
Felicidade	Imaginativo
Harmonia interior	Independente
Maturidade no amor	Intelectual
Segurança nacional	Lógico
Prazer	Capaz de amar
Auto-respeito	Obediente
Reconhecimento social	Cortês
Amizade verdadeira	Responsável
Sabedoria	Autodisciplinado

Quadro 4 - Tabela de valores de Rokeach

(em ESCÁMEZ e ORTEGA, 1988: 118)

Valores e atitudes são idênticos relativamente ao facto de serem disposições internas, de se traduzirem por reacções emotivas, de apresentarem bipolaridade. Contudo, os valores correspondem a uma abstracção de mais alto nível, a reacção emotiva mais forte, referem-se essencialmente a ideias e apresentam uma certa fusão dos campos cognitivo e afectivo.

"Toda a valoração é precedida por um conhecimento; no entanto, o puro conhecimento é insuficiente. (...) Há uma fusão do conhecimento e do sentir, dos planos intelectual e emotivo, na valoração, que faz entrar em jogo toda a nossa personalidade".
(IBAÑEZ, 1976: 31)

Enquanto que o valor é o conceito do preferível, a atitude é a preferência, a favorabilidade ao desfavorabilidade face a um objecto (ESCÁMEZ e ORTEGA, 1988: 121). O valor é da ordem do ideal, pois transcende as situações; pelo contrário, a atitude enquadra-se no campo do real, na medida em que diz respeito a situações concretas.

VALORES	ATITUDES
Valor da PAZ	Confiança Justiça Pacificação
Valor do TRABALHO	Espírito de trabalho Solidariedade Criatividade
Valor da AMIZADE	Cooperação Comunicação de bens Comunicação de vida

Valor da COMUNIDADE	Participação na vida social Tolerância Solidariedade internacional
Valor da VERDADE, da CIÊNCIA	Curiosidade Sentido crítico Espírito de estudo
Valor da LIBERDADE	Libertação Sinceridade Responsabilidade
Valor da BELEZA	Admiração Sensibilidade artística Amor à natureza
Valor da ORDEM	Dignidade pessoal Limpeza do ambiente Ordem
Valor do PRESTÍGIO	Dignidade pessoal Respeito Humildade
Valor do BEM-ESTAR, da SAÚDE	Higiene Prevenção de doenças Fortaleza
Valor da EXPRESSÃO CORPO- RAL, DESPORTO e ATLETISMO	Ginástica Desporto Atletismo
Valor do ALIMENTO	Dietética Temperança Culinária
Valor do AMOR ERÓTICO	Castidade Atracção sexual Amor
Valor do JOGO e DIVERSÃO	Equanimidade Humor Diversão

Quadro 5 - Quadro correlativo de valores-attitudes

(adaptado de ALCÁNTARA, s/data: 44-45)

A par de posições deterministas defendidas por alguns autores, vislumbra-se uma complementaridade entre valor e atitude: as atitudes resultam, segundo Reich e Adcock (cit. por LÜCK e CARNEIRO, 1983: 34), de uma operacionalização dos valores; são um estado de espírito de

indivíduo face a um valor (THOMAS e ALAPHILIPPE, 1983: 8); por seu lado, um valor é "o resultado de uma particular organização atitudinal" (GAIRÍN SALLÁN, 1987: 26).

As opiniões, tal como as atitudes, envolvem simul-taneamente aspectos cognitivos, afectivos e conativos. Todavia, DAVIS (1964: 10), apesar de concordar com este envolvimento tridimensional, considera as opiniões de ordem puramente cognitiva e distingue-as das atitudes atendendo também ao carácter mais superficial (as atitudes serão mais profundas e mais próximas do "eu") e à particularidade do objecto (as opiniões têm, segundo ele, por objecto uma questão ou um ponto particular).

Para MUCHIELLI (1972) as opiniões exprimem as atitudes, são atitudes actualizadas. BOLÍVAR (1992) diferencia opinião de atitude atendendo ao facto de esta ser mais geral e estável e de as opiniões se reportarem a aspectos opináveis (sem possível contrastação) ou a material informativo (expressão verbal), não normativo ou valorativo. Na mesma linha SARABIA (1992) associa opiniões às manifestações verbais das atitudes.

No ambiente **atitudinal/pré-activo** incluímos constructos como atitude, necessidade, motivação e motivo, interesse e intenção.

A necessidade, desde o campo biológico ao estético, entende-se frequentemente como uma ruptura de equilíbrio, como uma situação de carência, como um défice, mas também e principalmente, como "motor de tentativas de readaptação bem como causa motivante de qualquer

comportamento" (MINDER, 1986: 144). Deste modo, porque se projectam externamente num alvo, desembocam num centro de interesse (alvo a atingir) e este, por sua vez, desencadeará a conduta.

A motivação reveste-se de facetas diferenciadas consoante a perspectiva psicológica. Na concepção condutista é explicada por acontecimentos do meio que estimulam acções ou por condicionalismos físicos. Na concepção cognitiva, a tónica não recai propriamente nos acontecimentos externos mas nas percepções que deles temos - há, assim, o apelo a fontes intrínsecas (esforço, capacidade, desejo, humor). Segundo as concepções humanistas, a dimensão intrínseca é também valorizada, destacando-se factores como a liberdade pessoal, a eleição, a autodeterminação.

Para IPFLING (1974: 228), em contraste e diferentemente da disposição emocional, para a motivação são constitutivos não só momentos irracionais, mas também racionais (motivos).

Os motivos surgem como a faceta racional da motivação, condicionados por duas componentes: o impulso, processo interno que incita à acção, e o objectivo ou recompensa visado.

O interesse, conceito intimamente ligado a necessidade, a motivação/motivo, significa, do ponto de vista etimológico, 'estar no meio de', pelo que se posiciona como intermediário entre o organismo e o meio.

Tal como a atitude, é uma disposição interna, situa-se no âmbito afectivo e associa-se a uma bipolarização (aceitação/rejeição,

aproximação/afastamento). No entanto, distingue-se dela pela intensidade da reacção emotiva (mais forte no interesse) e, segundo alguns autores (Morissette e Gingras, Lück e Carneiro), pelo alvo que envolve: de um modo geral, enquanto que a atitude é relativa a um objecto, o interesse manifesta-se perante uma actividade, face a um objectivo ou hipotética recompensa.

Os interesses assumem-se como causas ou panóplia de causas que originam uma dada conduta e que influenciam o comportamento de 'performance'(1).

A intenção estabelece a ponte entre o bloco atitudinal (particularmente a atitude) e o de realização. Uma mesma intenção pode gerar condutas diferentes.

Entre a intenção e a conduta, no bloco da **realização**, há um conjunto de intervenientes que vão desde a aptidão à habilidade e destreza, envolvendo a capacidade e a plasticidade.

A capacidade considera-se como um conjunto de disposições que permite o êxito no exercício de determinada acção ou, num sentido mais lato, abrangendo também o "*resultado momentâneo e manifesto*" dessa acção (IPFLING, 1974: 175).

A plasticidade é encarada como um conjunto de possibilidades do indivíduo em desenvolver determinadas capacidades. Estas possibilidades resultam da interferência conjunta de disposições internas e de influências ambientais.

Atitude e aptidão são termos que se associam até pela origem latina comum - "aptitudo". Mas, tal como THOMAS e ALAPHILIPPE (1983: 5) referem, enquanto que o primeiro surge ligado ao desejo, a aptidão associa-se à capacidade. Aliás, outros autores confirmam esta ligação (por exemplo, Alcántara, Krech e Crutchfield). A aptidão é, pois, considerada como uma capacidade ou potencialidade, estável, para agir, para realizar uma certa actividade.

Vimos anteriormente que as atitudes são aprendidas. Que se passa quanto às aptidões? Têm um carácter eminentemente inato, embora possam ser exploradas por meio de aprendizagem.

As habilidades, dependentes do ponto de vista instrumental das capacidades, "*constituem um poder não especificado quanto às tarefas*" (IPFLING, 1974: 176). Com efeito, a habilidade manifesta-se e actualiza-se perante cada tarefa específica.

Relativamente aos hábitos, podemos considerá-los como modos de comportamento aprendido que acabam por adquirir autonomia e por não sobrecarregar a consciência. VERCHER (1987) coloca-os como o resultado de uma série de condutas repetidas. Na perspectiva behaviorista, os hábitos são encarados como "*disponibilidades latentes para reagir de um modo definido a determinados estímulos*" (IPFLING, o. cit.: 178).

Entrelaçado neste conceito surge o de rotina, que corresponde aos comportamentos interiorizados e automatizados, a condutas estereotipadas, a procedimentos estabelecidos cuja principal função consiste em controlar e coordenar sequências específicas de conduta.

As destrezas (intelectuais e motoras) posicionam-se nas imediações destes conceitos, particularmente da capacidade. Podem ser encaradas como capacidades, quer para o uso de símbolos (destrezas intelectuais) quer para a realização de movimentos (destrezas motoras). No entanto, as destrezas não se limitam a capacidades, pois envolvem também conhecimentos (ex: conhecimento de uma sequência de movimentos necessários para realizar determinado acto). Na medida em que as capacidades se podem desenvolver e que os conhecimentos se podem adquirir, as destrezas são susceptíveis de ser treinadas.

Há, assim, uma associação entre este conceito de destreza e a aceção de rotina. No entanto, os dois conceitos podem distinguir-se pelo diferente grau de consciência por parte do sujeito.

Comportamento e conduta são conceitos que frequentemente se interpenetram e confundem.

O termo comportamento é normalmente utilizado para designar reacções, próprias da espécie e/ou resultantes de aprendizagem. Reacções para satisfazer uma necessidade, embora desenvolvidas sob acção de um interesse, de um estímulo do meio. A *"teoria psicodinâmica considera o comportamento como a manifestação da interacção dinâmica de forças internas"* (BANDURA, 1987: 22).

IPFLING (o. cit.: 45), distinguindo comportamento de atitude, encara o primeiro como *"realização estruturada de uma acção"* enquanto que a atitude é entendida como *"disposição comportamental"*.

Conduta, termo que se reveste de certa ambiguidade, encara-se como algo observável e cuja origem (interna, externa ou mista) é discutível. As posições oscilam entre determinismos unidireccionais e uma reciprocidade triádica.

Segundo a teoria dos traços (Allport, Cattell), a conduta é determinada internamente por traços - tendências perduráveis para se comportar de determinada maneira.

O condutismo radical considera-a "regulada conjuntamente pela herança genética do individuo e pelas contingências do meio" (BANDURA, o. cit.: 32). No entanto, apesar de não negar a influência da componente interna, acaba por cair num determinismo ambiental. Com efeito, subalterniza tal componente ao considerá-la originada por estímulos externos.

A teoria cognitiva social concilia a interferência dos factores pessoais e dos acontecimentos ambientais na conduta, apontando para uma interacção perfeita entre três vértices - conduta, factores pessoais e acontecimentos ambientais (fig.3).

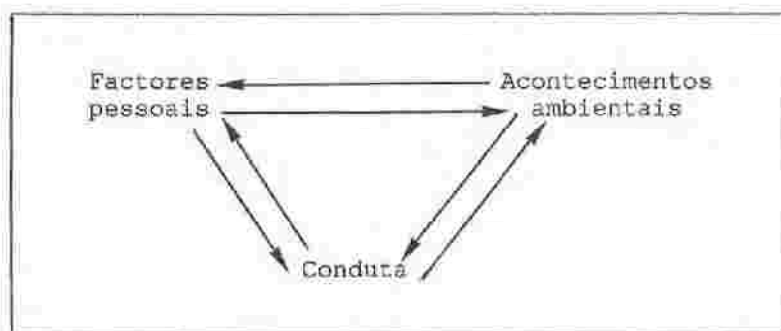


Fig. 3 - Reciprocidade triádica

Nesta perspectiva de interferência mútua encontra-se a noção de 'marcos de conduta' como "unidades ecológicas de conduta descritas como possuidoras de quatro características distintas: limites espaciais e temporais definidos; um meio físico com utensílios, por exemplo, lápis, livros e outros materiais; um modelo configurado de conduta; e interações entre os componentes físicos e o modelo de configuração de conduta" (Kounin, cit. por YINGER, 1986 : 126-127).

A distinção entre conduta e comportamento é, como atrás se referiu, ténue e polémica: Claparède considera a conduta como um conjunto de reacções resultantes de experiência e da habituação, sendo, assim, um conceito mais restrito que o de comportamento que abarcará também as reacções próprias da espécie.

VERCHER (1987) também considera 'comportamento' como conceito mais lato que o de conduta. Segundo este autor, comportamento inclui o conjunto de acções de toda a ordem (orgânica, motora, psíquica, verbal) pelo qual um indivíduo trata de se adaptar a uma situação . É o resultado de um conjunto de condutas, as quais, por sua vez, se desmultiplicam em várias tarefas ou passos.

A relação entre conduta a atitude é uma das que mais tem despertado o interesse dos investigadores, pois a conduta será em grande parte a exteriorização de uma atitude. Como tal, afigura-se como uma importante base para a inferência atitudinal. Contudo, a relação "não é directa, encontra-se mediada por factores situacionais, de personalidade e cognitivos" (BOLÍVAR, 1992: 90). Outros autores reforçam a não linearidade da relação atitude-conduta mas, agora, destacando o carácter afectivo da avaliação que se faz face ao objecto atitudinal e interpondo

a intenção entre ambas. Assim, como veremos mais adiante, a atitude reflectir-se-á directamente na intenção e não na conduta.